

## UNEMAT Editora

Editor

Agnaldo Rodrigues da Silva

Revisor

Autores

Diagramação

Ricelli Justino dos Reis

Capa

Ricelli Justino dos Reis

*Copyright* © 2014 / Unemat Editora

Impresso no Brasil - 2014

### **Revista História e Diversidade/Expediente:**

Coordenador /Organizador: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 4, nº. 1, (2014) . 274 p.

Modo de acesso:<<http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural. 1. Unemat Editora. Departamento de História de Cáceres.

CDU 94+304.4 (05)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar/CRB1 2037



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil -

78200000

UNEMAT  
EDITORA

Fone/Fax 65 3221-0000 - [www.unemat.br](http://www.unemat.br) - [editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)

# Revista



**Dossiê:** Ensino de história e história da educação: caminhos de pesquisa  
(Volume I) - [2014/I]

## A COLÔNIA INDÍGENA TERESA CRISTINA E SUAS FRONTEIRAS: UMA POSSIBILIDADE DE APLICABILIDADE DA LEI 11.645/08

Marli Auxiliadora de Almeida<sup>1</sup>  
profmarlialmeida@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de apresentar fontes de pesquisa sobre a História Indígena de Mato Grosso aos profissionais de História e de áreas afins, que atuam na educação básica, para utilizarem como ferramenta de trabalho, e colocar em prática a Lei 11.645/08, de 10/03/2008. Analisaremos a criação, pelo presidente de província, Joaquim Galdino Pimentel, no ano de 1887, e o funcionamento da colônia indígena Teresa Cristina, que tinha a proposta de catequizar e civilizar os índios Bororo Coroado, pacificados em expedições militares durante seu governo, além de utilizá-la como fronteira entre a província de Mato Grosso e o Paraguai. Pretendemos, neste artigo, desvelar o papel exercido pelos índios Coroado na relação com outros grupos étnicos na colônia, reconstruindo identidade e cultura na formação de uma fronteira étnica.

**Palavras-chave:** Lei 11.645/08 – História Indígena – Bororo Coroado – Mato Grosso

**ABSTRACT:** This article aims to present research sources about the Indigenous History of Mato Grosso to History and similar fields professionals, who deal with elementary education, to use as working tools, and put into practice the law 11.645/08, of 10/03/2008. We will analyze the establishment and the functioning of the indigene colony Teresa Cristina, created by province president, Joaquim Galdino Pimentel, in 1887. The proposal of this colony was catechize and civilize the indians Bororo Coroado, pacified in military expeditions during Pimentel's government. Besides, it was used as a border between the province of Mato Grosso and Paraguay. In this article, we seek to expose the role played by the indians Coroado concerning the relation with other ethnic groups in the colony, reconstructing identity and culture in the formation of an ethnic border.

**Keywords:** Law 11.645/08 – Indigenous History – Bororo Coroado – Mato Grosso

### Introdução

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/9.394/96),<sup>2</sup> que trouxe, juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),<sup>3</sup> de 1996, a valorização da diversidade e a pluralidade cultural, assim como a aprovação da Lei 11.645/08,<sup>4</sup> instrumento jurídico que tornou obrigatório o estudo

1 Professora de Ensino de História no Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. profmarlialmeida@gmail.com

2 **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – LDBEN.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br.2010>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

3 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.** Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. MEC/SEF, 1996.

4 **BRASIL. LEI 11.645,** de 10 de março de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)

da História e Cultura Indígena, possibilita-nos desenvolver o objetivo deste artigo. Propomos apresentar e analisar um compêndio de fontes históricas manuscritas e impressas sobre a História Indígena de Mato Grosso – do subgrupo Bororo Coroado –, para que professores/pesquisadores de História e áreas afins possam utilizá-las em suas práticas escolares, visando à aplicabilidade da Lei 11.645/08.

Nessa perspectiva, não pensamos este artigo como uma “receita” para o ensino de História através da História Indígena; concebemos, sim, como uma possibilidade de *educação histórica* a partir da reflexão da historiadora Kátia Abud: “Acho que a grande sacada da educação histórica é desvincular o ensino de História da Pedagogia, para vincular à Teoria da História” (ABUD, 2013, p. 136).<sup>5</sup> Essa vinculação à teoria histórica, pontualmente para o estudo da temática indígena, denominada de História Indígena, é uma das responsáveis pela educação histórica de professores e alunos, que pode mudar a seguinte imagem dos indígenas brasileiros, vinculada nos livros didáticos e na televisão: “A imagem de um índio genérico, estereotipado, que vive na mata, mora em ocas e tabas, cultura Tupã e Jaci e que fala tupi permanece predominante, tanto na escola como nos meios de comunicação” (GRUPIONI, 1994, p. 483).

Os indígenas do Brasil, em especial os mato-grossenses, como os Bororo, começaram a ganhar visibilidade a partir do diálogo entre História e Antropologia, inaugurado no Brasil com a Nova História, na década de 80 do século XX. A fronteira tênue entre os dois campos de estudo, que originou a História Indígena, foi muito bem apresentada pelo historiador John Manuel Monteiro, ao destacar que:

Essas experiências, vivências e estratégias indígenas vêm sendo esmiuçadas por crescentes números de estudiosos, buscando aliar uma certa sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem em fragmentos dispersos, dos arquivos que guardam e escondem mistério do passado (MONTEIRO, 1999, p. 238).

A rejeição dos indígenas a coadjuvantes da História perdurou durante o ensino tradicional, apoiado no Positivismo, o qual demonstrava a superioridade da cultura europeia através da aculturação dos nativos ameríndios. Somente a partir da década de 60 do século XX que novas abordagens historiográficas, embasadas na História Social e História Cultural, ou História da Cultura, trouxeram à tona o questionamento da condição indígena de aculturados, proporcionando-lhes a apropriação e (re)significação cultural, como salientou a autora Maria Regina Celestino Almeida (2003), ao estudar o conceito de identidade étnica dos indígenas do Rio de Janeiro colonial a partir da perspectiva da *diversidade*, contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). No momento, surgem várias possibilidades de estudos sob a orientação de uma legislação própria.<sup>6</sup>

ato 02007-2010/2008/lei/11645htm> Acesso em: 22 nov. 2013.

5 SILVA, A; FRONZA, M. Memórias do Ensino de História: Entrevista com a Professora Doutora Kátia Maria Abud. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 3, dez. 2013.

6 Sobre o assunto consultar ALMEIDA, Marli Auxiliadora. A presença indígena em Vila Maria do Paraguai: Os Bororo Cabaçal. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e Memória Cáceres**. Editora Unemat, 2011.

A temática da *diversidade*, neste caso, a *identidade étnica*,<sup>7</sup> coloca desafios para o ensino de História Indígena nos níveis fundamental e médio, em escolas municipais, estaduais e particulares de Mato Grosso, como também de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados do país. Por outro lado, aguça a nossa vontade de professora/pesquisadora de apresentar uma breve história do contato entre Bororo Coroado da colônia Teresa Cristina e autoridades provinciais de Mato Grosso.

Com relação a essa temática, estamos no mesmo nível dos grandes centros de estudo, devido ao rico acervo documental existente nos arquivos públicos de Mato Grosso, à espera de futuras pesquisas, de problematizações da história local e da conexão desta com a historiografia brasileira e internacional.

### O índio no Império brasileiro: a possível civilização

O Império brasileiro, no século XIX, sofreu a influência do estigma da construção de um Estado Nacional para compor o cenário de modernidade. A conquista e a ocupação de seu território e a consequente formação de um estado político, social e econômico, entre o Oitocentos e o Novecentos, têm uma peculiar importância no âmbito do processo de definição de Estado e Nação.

Os Estados Nacionais modernos foram resultantes de um processo de concentração de diferentes fatores: a economia, os instrumentos de coerção (exército, polícia) e os aspectos simbólicos que lhe conferem legitimidade no seio de uma sociedade centralizada e disciplinada, um tipo específico de formação social que deriva de processos de integração social e de integrações ideológicas (HOBSBAWM, 1990, p. 49-50).

Nesse cenário de Estado Nacional e discussão de um projeto nacional para o Brasil, representantes de intelectuais, religiosos e personagens políticos do Império realizavam longos debates, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),<sup>8</sup> sobre a composição territorial e a identidade étnica do brasileiro. Nos debates, políticos como José Bonifácio de Andrade e Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen divergiam com relação à composição do indígena ao projeto de nação. De um lado, José Bonifácio defendia a perfectibilidade dos índios por meio da justiça e brandura; do outro, Varnhagen negava a historicidade do indígena.

No primeiro Império, a política indigenista caracterizou-se pela discussão da civilidade<sup>9</sup> dos indígenas. Os índios que não aceitassem a pacificação seriam

7 Neste artigo, utilizamos o conceito *identidade étnica*, que antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira se refere como o [...] “uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e, desse modo, relacionar-se com os outros”. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976, p.3.

8 Sobre a concepção civilizatória do IHGB durante no período Imperial, consultar: KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

9 O termo “civilidade”, utilizado neste artigo, deriva do conceito de “Civilização” proposto pelo sociólogo Norbert Elias. Ver: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 (p. 23-24), segundo o qual “civilizar compreende mudanças consideradas ‘selvagens’ que conduzam à adaptação de valores dos colonizadores transmitidos por meio da língua, vestuário, religião e outros costumes”. E, ainda, como denominou Anne-Marie Thiesse, no seu estudo

submetidos ao castigo e à perseguição; para os que aceitassem a pacificação, a integração do Estado era feita via concessões a particulares ou a projetos propostos pelo próprio Estado. Segundo Manuela Carneiro da Cunha “a política indigenista nesse período foi oscilante” (CUNHA, 2002, p. 133). Com a aprovação do Ato Adicional n. 16, em 1834, as Assembleias Legislativas provinciais passaram a se responsabilizar pela catequese e civilização dos índios.

Diante da impossibilidade de levar adiante um projeto nacional, preservando culturas diferentes apenas por intermédio de Atos Adicionais, surgiram no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) concepções visando à incorporação dos indígenas na sociedade brasileira, através da criação de colônias para aldeamento<sup>10</sup> e da promoção da catequese e da civilização desses grupos étnicos.

A proposta oriunda de um representante do IHGB, cônego Januário da Cunha Barbosa, em 1840, para a domesticação dos indígenas, seguindo o modelo proposto por José Bonifácio, resultou em medidas por parte do governo imperial. Foram criados Decretos para desenvolver o trabalho de catequese e civilização por missionários. O principal deles – Decreto n. 426, de 24/07/1845 – regulamentou o serviço das Missões de Catequese e da Civilização dos Índios.

Na segunda metade do século XIX, as discussões do IHGB sobre a transformação dos indígenas em civilizados apontavam para mudanças no contexto histórico brasileiro. Com a aprovação da Lei de Terras, em 1850, discutia-se sobre a utilização da mão de obra indígena, principalmente em razão da abolição da escravidão. Mas, para isso acontecer, os indígenas deveriam ser aldeados nos espaços oficiais de civilização – colônias indígenas. Essa política de promover o aldeamento ganhou reforço com o Regulamento das Colônias Indígenas, criado pelo governo imperial em 1857, para as províncias do Paraná e Mato Grosso. Ao todo, foram criadas oito colônias, sendo quatro no Paraná<sup>11</sup> e quatro em Mato Grosso.

É nessa configuração de catequese e civilização que a província de Mato Grosso<sup>12</sup> buscava integrar-se ao processo de modernização da Corte. Cuiabá, sua capital, recebeu, a partir de 1845, todo aparato administrativo para a efetivação dos aldeamentos indígenas, a saber: Diretoria Geral de Índios, Chefatura de Polícia e Tesouraria da Província. O cenário estava montado para que os representantes desses órgãos administrativos atuassem em conjunto com o presidente para a inserção da província mato-grossense no Estado Nacional brasileiro, mediante o aldeamento dos indígenas em colônias.

---

sobre identidades nacionais do século XIX, o *Check-list*. THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: identidades nacionais. **Anos 90**: Revista do programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, IFCH. . 9, n 15, Porto Alegre: PPGH (2011/2002, p. 7).

10 Apesar de o termo *aldeamento* aparecer nas fontes pesquisadas como “Colônias Indígenas”, entende-se como “Espaço de significação diversa, sobretudo indígena”, cf. conceito desenvolvido por ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 79-80.

11 Para maiores informações sobre as colônias indígenas da província do Paraná, consultar o trabalho do historiador Lúcio Tadeu Mota. Ver: MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

12 O espaço geográfico denominado de Mato Grosso correspondia ao que hoje conhecemos como os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Na configuração das colônias indígenas de Mato Grosso, interessa-nos a relação estabelecida entre os Bororo Coroado e outros grupos étnicos na colônia Teresa Cristina. De um lado, as autoridades governamentais atribuíam à colônia indígena o significado de *fronteira geográfica* do Império, através da defesa territorial entre a província de Mato Grosso e a República paraguaia, delimitada após a Guerra do Paraguai, mas constantemente desrespeitada,<sup>13</sup> conforme registros da documentação oficial. Em contraposição à fronteira geopolítica, os indígenas Bororo Coroado redimensionaram seus papéis, criando uma *fronteira étnica*. Neste artigo, pensamos a fronteira étnica a partir do conceito atribuído pelo etnólogo norueguês Fredrik Barth, “como sentido de pertencimento” (BARTH apud LASK, 2000, p. 34), conforme podemos averiguar a seguir.

## Criação da colônia: proposta de fronteira geográfica

### Colonização indígena<sup>14</sup>

Foi esta colônia criada em virtude de ordem da Presidência exarada em ofício sob nº. 7 de 7 de janeiro de 1887, com a denominação de Teresa Cristina, e fundada a 1º de junho do mesmo ano, na foz do Prata, margem direita do rio São Lourenço. Os seus colonos são os índios da tribo-bororo-coroados, que iniciei a pacificá-los em Maio de 1886, e continuo ainda no prosseguimento desse importante trabalho, por ser esta tribo muito numerosa e ocupar, nesta Província, uma área compreendida em mais de 100 léguas, e, portanto muito difícil de poder estar em contato com os índios que habitam os aldeamentos mais longínquos (RELATÓRIO DE ANTONIO JOSÉ DUARTE, 1889, p. 16).

Ao redigir o presente relatório para o presidente da província mato-grossense, Antonio Herculano de Souza Bandeira, diretor da colônia Teresa Cristina, e Antonio José Duarte, comandante de armas, apresentam o lugar de implantação da colônia e o grupo étnico que nela habitaria. Faz-se necessário aqui um breve comentário acerca dessa localização e do grupo indígena aldeado.

A colônia Teresa Cristina localizava-se às margens do rio São Lourenço, entre a foz dos rios Prata e Piquiri, desaguando no rio Cuiabá. Ao realizar o levantamento descritivo da colônia, o engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon descreveu a seguinte localização: “A colônia Teresa Cristina situa-se à margem S.E de Cuiabá 16:17 O de latitude S, e 1º- 2º de longitude Leste de Cuiabá, na extensão do São Lourenço, Chapadão do Burity até a embocadura do Paraguai” (RONDON, 1895. p. 2). O local descrito por Rondon fazia parte do primitivo território Bororo.

13 Apesar de não adentrarmos no estudo da Guerra do Paraguai, finalizada em 1870, e a assinatura do Tratado de 1872, que garantiu ao Brasil a posse da região da serra do Maracaju ao rio Apa (Baixo Paraguai), vimos que era importante registarmos que nos Relatórios dos Presidentes de Província no pós-guerra a tônica do desrespeito à *fronteira* era uma constante.

14 A grafia original da documentação pesquisada para escrita deste artigo foi mantida.

Segundo o memorialista João Augusto Caldas (1887), os Bororo foram contatados por conquistadores paulistas desde o Setecentos, sendo usados como guias em expedições de exploração de territórios e também como guerreiros nas lutas que se empreendiam contra os Kayapó, Payaguá e Guaikurú. A intensificação desse contato no Oitocentos e a ocupação dos territórios primitivos dos Bororo foram os fatores responsáveis pela sua dispersão. Nas palavras de João Augusto Caldas: “reduzida a nação a menos da metade, dividiu-se em diversas tribos [Bororo de Campanha, Cabaçal e Coroado], deixando seus antigos aldeamentos” (CALDAS, 1887, p. 47).

Vale lembrar as palavras de Antonio José Duarte previamente mencionadas, ao afirmar que “os [...] colonos são índios da tribo dos bororo-coroados, que iniciei a pacificá-los [...], e continuo [...]” (DUARTE, 1889, p. 16), para evidenciarmos a importância desse território e a ideia de governantes e outros representantes da sociedade local, na defesa do aldeamento dos indômitos Bororo Coroado.<sup>15</sup> Acrescentou ainda, no mesmo relatório, que esses indígenas “acham-se no seu estado primitivo de barbárie. Sem conhecimento algum de nossa indústria e do nosso trabalho” (RELATÓRIO ANTONIO JOSÉ DUARTE, 1889, p. 17).

Outros personagens também nos auxiliam a perceber a importância de aldear um dos últimos grupos étnicos que resistiram à pacificação. O etnólogo alemão Karl von den Steinen, ao visitar a província de Mato Grosso pela primeira vez, em 1884, observou que, [...] “o progresso da província estava interligado à resolução de algumas questões que compreendiam condições de produção agrícola, pois eram instrumentos precários. Faltava melhoria de transporte, da produção e braços produtivos” (STEINEN, [1884], 1942, p. 36). Para ele, a província mato-grossense era carente de recursos econômicos e, principalmente, de braços produtivos para a sua inserção na economia nacional. O visitante era um dos defensores da ideia de criação de colônias indígenas para o progresso da província. Inclusive, no próximo item a ser desenvolvido neste artigo, Steinen nos proporcionará uma interessante análise antropológica dos colonos de Teresa Cristina, ao desenvolver um trabalho etnológico na colônia.

No Mato Grosso provincial, os discursos de cientistas, somados aos discursos de representantes governamentais, ganhavam notoriedade no contexto da legislação indigenista do Império. As autoridades governamentais seguiam as orientações do Regulamento de 1845 e/ou das Missões, principalmente as que determinavam a catequese de grupos indígenas hostis e a ocupação de seus territórios, facilitando a comunicação entre as províncias.

A notoriedade da colônia Teresa Cristina não se dava apenas por tratar-se de primitivo território Bororo propício para aldeamento. Sua proximidade com o Paraguai motivou diversos discursos em relatórios apresentados à Assembleia Legislativa. A província de Mato Grosso foi palco de um dos maiores conflitos do século XIX, a Guerra do Paraguai. Nesse contexto de conflito, que não será objeto de discussão do presente artigo, havia sempre declarações que chamavam a atenção para a relação

---

<sup>15</sup> Sobre a “pacificação” dos Bororo Coroado, consultar ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. **Cibáe Mo-dojebádo: a Rosa Bororo e a pacificação dos Bororo Coroado (1845-1887)**. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2002. Dissertação de Mestrado. Neste trabalho, que constitui nossa dissertação de mestrado, procuramos desenvolver a história do contato entre os Bororo, as autoridades governamentais e proprietários de terra no Mato Grosso provincial por intermédio de Rosa Bororo.



entre grupos étnicos brasileiros e paraguaios. O vice-presidente da província, Augusto Leverger, descreveu a dupla função da colônia Teresa Cristina nos seguintes termos:

Esse território indígena abriria para Mato Grosso a porta para a prosperidade e futuro, pois poderia servir para a construção de uma linha férrea ligando Cuiabá ao Rio de Janeiro. Também resolveria um outro problema estrutural da província, o fechamento da navegação em decorrência da Guerra do Paraguai (LEVERGER, 1865, p. 10).

O relato do governante e representante da província, Augusto Leverger, possibilita-nos perceber a conexão entre os discursos das autoridades governamentais, dos cientistas que visitavam a província de Mato Grosso e dos representantes do IHGB, com relação à transformação do indígena em civilizado para a produtividade da província. Vale ressaltar, ainda, que a intenção de utilizar o território indígena – a colônia Teresa Cristina – como fronteira para resolver a questão limítrofe do Império também se deixava entrever mediante esses discursos.

A discussão em torno da ocupação da região sul da província de Mato Grosso, denominada de baixo Paraguai, formando uma área de disputa entre o Império brasileiro e o Paraguai – rios Apa e Branco –, era assunto de apontamentos nos relatórios dos presidentes de província, que antecederam a criação de colônias indígenas. Contudo, os indígenas Coroados estavam sempre presentes nos alertas de cuidado com a fronteira.

O presidente da província, João José da Costa Pimentel, adverte em seu relatório que “existem indicações da Diretoria Geral dos Índios sobre a necessidade de ocupação da região do baixo Paraguai pela questão de fronteira com o Paraguai, principalmente em Albuquerque e Miranda” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVINCIA JOÃO PIMENTEL, 1851). Os Bororo Coroados tinham relações étnicas com indígenas dessa região (Guaná, Kinikinaó e outros), que eram *mansos* e realizavam comércio com os paraguaios. Adviria daí, segundo argumentos dos presidentes de província, a necessidade de criar aldeamentos com índios *bravos*,<sup>16</sup> como os Coroados.

Como podemos observar nas recomendações de João Pimentel e Augusto Leverger, a preocupação com a fronteira geográfica entre a província de Mato Grosso e o Paraguai criou uma característica singular na composição das colônias: elas não tinham a denominação de colônia indígena, como as do Paraná, mas militar. No caso das colônias habitadas por colonos Bororo, a exemplo de Teresa Cristina, o diretor da colônia tinha patente militar e a administrava com o auxílio de um destacamento militar, localizado no interior da colônia. Além disso, em seus relatórios, o diretor sempre utilizava a denominação colônia militar. Conforme o comandante Antonio Duarte, a “força de linha compunha-se o estado efetivo de 02 oficiais e 50 praças, inclusive 02 inferiores” (RELATÓRIO DE ANTONIO JOSÉ DUARTE, 1889, p. 18).

Todavia, supomos que o caráter de *fronteira geográfica* atribuído pelos

16 As terminologias *mansos* e *bravos* foram usadas pelos representantes da ciência, governantes imperiais, para denominar os indígenas no século XIX. Os que aceitavam o contato, mesmo que violentos, eram denominados de *mansos*; já os que negavam o contato com os colonizadores eram chamados de *bravos*. CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação** (1808-1889). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

governantes da província à colônia Teresa Cristina pode ser redimensionado através da história indígena, principalmente se lançarmos luz desse referencial teórico-metodológico à documentação pesquisada, mesmo que oficial. Encontraremos os índios agindo como atores sociais na referida colônia, construindo outro significado nessa fronteira, o de *fronteira étnica*, conforme explicitaremos mais adiante.

### Os grupos étnicos da colônia: fronteira étnica

Para a construção deste artigo, buscamos os referenciais teórico-metodológicos da História Social e também da relação interdisciplinar entre História e Antropologia, objetivando a visibilidade dos Bororo coroados como atores sociais na colônia Teresa Cristina. Pensar as atitudes desses sujeitos históricos, num estudo de História, significa relacionarmos a História Social com a História da Cultura.

De acordo com o historiador inglês Edward Thompson, em sua obra *A formação da classe operária* (1987), a interconexão com a História da Cultura possibilita à classe social ser percebida como relação e processo, “a história vista de baixo”, parafraseando Thompson. Guardadas as devidas proporções quanto ao estudo deste historiador, podemos identificar o convívio dos Coroados com os não índios em Teresa Cristina como relação, e, num dado momento histórico, como processo.

A conexão interdisciplinar entre História e Antropologia – História Indígena – pode ser analisada a partir da relação entre os Bororo Coroados e os representantes do governo provincial na colônia, por meio da denominação de *fronteira étnica* desses grupos étnicos. Aqui, utilizamos a análise de relações de grupos étnicos derivada do trabalho inaugural do antropólogo Fredrik Barth.<sup>17</sup> Segundo Barth (1976, p. 10), esta definição não está longe daquela que considera uma raça como sinônimo de uma cultura ou língua, além de conceber a sociedade como uma unidade que rejeita ou discrimina outros.

A antropóloga Tomke Lask (2000), ao realizar a análise da obra *Os grupos étnicos e suas fronteiras* (1969), de Fredrik Barth, observa que o estudioso norueguês afirma que as fronteiras em que devemos concentrar nossa atenção são as sociais, pois as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são frequentemente as próprias fundações sobre as quais são erguidos os sistemas sociais englobantes. Em outras palavras, apesar de intenso contato entre os grupos étnicos, pode ocorrer a inteiração em um sistema social. A fronteira (porosa) não conduz ao desaparecimento do grupo étnico por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer, apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos.

Nessa perspectiva, que privilegia mais o aspecto sociológico que o etnológico, as relações interétnicas renovam a problemática do objeto de pesquisa. A etnicidade deixa de ser um conjunto intemporal, imutável de traços culturais (crenças, valores,

---

17 Ver BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. Nesse livro, o autor aborda o conceito de identidade e cultura acerca de estudo sobre os Pathan e os Baluchi, considerando a conceituação de “Grupos Étnicos e suas Fronteiras”. O estudioso norueguês critica a referência “comum” de definição de grupos étnicos – “referência biológica, divisão de valores culturais”.

símbolos, ritos, regras de conduta e outros), transmitidos da mesma forma de geração a geração na história do grupo; ela provoca ação e reação entre o grupo e outros numa organização social que cessa de evoluir (POUTIGNAT et al., 1998). Também Fredrik Barth aplicou a etnicidade como metodologia para estudar as sociedades complexas (LASK, 2000, p. 9).

A visibilidade das atitudes indígenas na reconstrução da identidade brasileira do século XIX foi tratada por estudiosos da História<sup>18</sup> e da Antropologia. Destacamos o trabalho feito pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, ao estudar etnicidade através da revisão do conceito de cultura. Segundo a antropóloga, “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados” (CUNHA, 1986, p. 101). A etnicidade valoriza o pluralismo étnico de grupos sociais, proporcionando condições para que estes vivenciem a dimensão política e histórica na organização social. Portanto, a cultura e as relações consanguíneas deixam de ser definidoras de etnicidade, mas não perdem sua importância para discutir o conceito de cultura (CUNHA, 1986, p. 102).

Apesar da configuração de catequese e civilização da província de Mato Grosso, na segunda metade do século XIX, a relação entre os grupos étnicos da colônia Teresa Cristina nos possibilita perceber a *fronteira étnica*, seguindo também a referência subjetiva de *eticidade* através práticas culturais dos Coroados ante o aldeamento oficial proposto pelas autoridades provinciais.

Dentre as ricas descrições oficiais (Relatórios de Presidentes da Província e Diretor Geral de Índios), bem como as de cientistas/viajantes, escolhemos os Relatórios do Diretor da Colônia Teresa Cristina, Antonio José Duarte, que finalizou a pacificação dos Coroados e liderou a criação da colônia, e do etnólogo Karl von den Steinen, para eleger algumas categorias de análise no entendimento das relações socioculturais entre grupos étnicos de Teresa Cristina.

Com relação às práticas socioculturais desenvolvidas pelos indígenas Bororo Coroados, o comandante do aldeamento, Antonio Duarte, nos brinda com algumas situações do cotidiano através das seguintes observações:

A catequese que incentivei produziu o mais brilhante resultado. Os selvagens vinham se apresentar diariamente e recebiam brindes [...]. O índio Coqueiro é quem mais se esforçou para a realização da catequese, andando por todos os aldeamentos e convencendo os índios de tal forma que vinham em turma, e encontraram com força minha, não corriam pelo contrário chamavam os soldados e pediam que os levassem a presença do capitão, como me chamam (RELATÓRIO DE ANTÔNIO JOSÉ DUARTE, 1886, p. 10).

Segundo o diretor da colônia Teresa Cristina, podemos perceber uma relação

---

18 O trabalho da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida é um dos expoentes sobre a reconstrução da “identidade” e “cultura” indígena no Rio de Janeiro colonial. A autora trabalha o exemplo do índio *araribóia*, que solicitou benefícios ao reino e foi atendido, demonstrando a relação de interação entre os indígenas e o governo português. Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

interessante entre os grupos étnicos, ou seja, o lugar do índio no discurso de um representante da catequese aqui não é determinado de forma meramente fatalista ou a partir da situação de assimilável, pois os indígenas aparecem num momento de “interação”. O índio Coqueiro apresenta-se como reconstrutor de identidade e cultura. Seguindo a análise de Barth, para percebermos o comportamento de interação do índio Coqueiro e demais Bororo, não podemos esquecer que “as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam” (BARTH, 1969, apud LASK, 2000, p. 33-34). Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação, mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na presença no decorrer de histórias de vida individuais (POUTIGNAT et al., 1998, p. 191).

O fato de o índio Coqueiro ter participado da catequese de seus irmãos Coroados não faz com este deixe de ser Bororo. Voltemos à afirmação de Edward Thompson (1987), previamente apontada sobre as situações históricas construídas numa relação e processo. Possivelmente, num momento de finalização de pacificação, para evitar mais perdas, seria mais viável por parte do Coqueiro uma relação de aliança, num processo histórico dinâmico, principalmente pelo viés da cultura.

A produção da antropóloga Edir Pina de Barros (1989) sobre política indigenista e política indígena durante o Segundo Império em Mato Grosso subsidia-nos para refletir acerca do comportamento do índio Coqueiro. A autora citada acima afirma que as reações dos indígenas não podem ser analisadas apenas nas relações de conflito com os brancos. Faz-se, pois, necessário refinar as conjunturas de alianças para a utilização dessa política por parte dos índios (BARROS, 1989, p. 189). Assim, como as políticas indígenas podem ser pensadas a partir de conceito de Etnogênese, são as estratégias políticas e culturais utilizadas pelos índios após o contato com os colonizadores que contrariam a pureza originária dos indígenas e a contaminação pós-contato (cf. BOCCARA, 1999; MONTEIRO, 2001).<sup>19</sup>

Alguns anos após a descrição de Antonio de Duarte sobre sua relação com um indígena Coroados, novamente o diretor volta a nos apresentar outra situação de Teresa Cristina:

Tenho chamado à atenção do governo em diversos relatórios acerca da imperiosa necessidade de um missionário, como elemento indispensável, para educação de um povo bárbaro, entretanto continua a permanecer essa sensível falta que o poder competente, conseguiria remediá-la com pouco sacrifício. Uma escola que por iniciativa da Presidência, foi criada nesta colônia, não teve o desejado resultado. Os **Bares** e **Aroêtoraris**, que frequentemente vinham das selvas a procura de brindes, encarregaram-se de incutir no ânimo dos meninos, que do papel, lhes proveria toda sorte de males. Nessa forma foram esquivando-se de frequentar a escola, até que de todo deixaram como participei a Presidência no relatório que apresentei datado de 15 de setembro de 1888. Existe nesta colônia um número de

19 BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). *The Hispanic American Historical Review*, Baltimore, Duke University Press, v. 79, n. 3, 1999. MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: estudos da história indígena e do indigenismo. Tese de Livre Docência em Antropologia – UNICAMP, Campinas, 2001.

meninos e meninas civilizados que sentem a falta de um professor, por isso acho justo que o Governo mande criar nela uma escola mista (RELATÓRIO DE ANTONIO JOSÉ DUARTE, 1889, p. 19. Grifo nosso).

De acordo o diretor da colônia, os investimentos em catequese e educação como meio de civilização ainda eram uma situação falha na colônia Teresa Cristina. Se fôssemos enumerar os motivos que levaram Antonio Duarte a descrever suas reclamações ao presidente da província, Antonio Souza Bandeira, seria necessário, de nossa parte, realizar outros estudos, enfocando a política indigenista da província de Mato Grosso. Pontualmente, o que nos chama atenção neste relato é a relação entre os grupos étnicos sobre a questão religiosa. Enquanto diretor Duarte solicitava ao presidente da província, sem nenhum resultado, um missionário, os *bares/baris* e os *aroetoraris*<sup>20</sup> continuavam mantendo relações religiosas com os Coroados, desempenhando seus papéis de intermediários entre os espíritos e os indígenas.

Essa relação entre os indígenas aldeados e o diretor da colônia, que mostrava a dificuldade de desenvolver um item essencial para a civilização dos Coroados – a educação –, principalmente pela intervenção dos representantes religiosos desses índios, remete-nos à ideia de fronteira étnica, analisada por Fredrik Barth, ao destacar que as relações sociais estáveis, persistentes e, muitas vezes, de uma importância vital, são mantidas através dessas fronteiras e são, frequentemente, baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados.<sup>21</sup> Apesar da afirmativa de Antonio Duarte, ao descrever que Baris e Aroetoraris iam à colônia para ganhar brindes, percebe-se a manutenção das relações sociais entre os aldeados e seus representantes espirituais, através das fronteiras étnicas, conforme ponderou o etnólogo Barth.

O etnólogo alemão Karl von den Steinen, ao visitar e desenvolver sua pesquisa etnológica na colônia Teresa Cristina, no ano de 1888, também realizou observações sobre o cotidiano da colônia, principalmente sobre as relações socioculturais dos grupos étnicos. O cientista/viajante acompanhou parte do segundo ano da administração do diretor Duarte. Num momento de chegada de Antonio Duarte à colônia, Steinen fez as seguintes observações:

Chegada de Duarte – no dia 11 de abril, mais ou menos meio dia, muita celeuma e grande agitação: Duarte! Duarte! Chegavam do mato, 14 Bororos, um atrás do outro, descalços, em traje branco-sujo, rodeado de bainha vermelha, com claros chapéus de palha de abas largas, debaixo dos quais ondulava o opulento cabelo preto, com grossas borlas vermelhas e fitas vermelhas soltas com o dístico “Colônia Teresa-Cristina” [...] E atrás,

20 Segundo o salesiano COLBACCINI, Antonio. **A tribo dos Bororós**. Rio de Janeiro: Papeleria Americana, 1919. Grifo nosso. Os Baris e Aroetoraris eram duas pessoas distintas, conforme o caso e atribuição de cada um. O Bari, propriamente, era o feiticeiro; o Aroetorari era o transmissor das relações com as almas dos mortos. Essa temática religiosa dos Bororos também é tratada por VIERTLER, Renate. **Aroe Járo**. Implicações adaptativas das crenças e práticas funerárias dos Bororos do Brasil Central. São Paulo, 1982. Tese (Livro Docência) – USP.

21 Ideia encontrada nas seguintes obras: POUTIGNAT, Philippe; STRIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: FEU, 1998; LASK, Tomke. (Org). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

Duarte a cavalo, e três caciques montados em mulas, com uniforme azul-marinho que contrastavam bastante com os pés nus, trazendo a espingarda na mão, e sobre a manga uma brilhante rodela de latão com os dizeres “Voluntários da Pátria”(STEINEN, [1888], 1940, p. 595).

Ao descrever a chegada do diretor da colônia, caracterizando-a como uma cena militar, Steinen realizou uma leitura caleidoscópica, segundo sua própria fala. Antonio Duarte na representação de comandante e os outros grupos étnicos (índios e não índios) como soldados. De fato, o observador percebeu a composição militar da colônia através de algumas características específicas, tais como uniformes militares, armamentos, distintivos que lembravam a Guerra do Paraguai – Voluntários da Pátria –, além da constante preocupação dos governantes da província pela vizinhança com a República paraguaia, apesar do fim da guerra.

Por outro lado, Steinen nos apresenta um dado interessante sobre os traços culturais dos Coroado: a utilização da cor vermelha nos uniformes e distintivos. Segundo o salesiano Antonio Colbacchini (1919), a cor vermelha, juntamente com a amarela e preta, representam a descendência Bororo das borboletas, denominada de *aoróro*. Relacionando estas informações com o distintivo cultural – a cor vermelha – utilizado pelos indígenas, mesmo sendo em vestimentas oficiais, é lícito afirmarmos que os Coroado redimensionavam o significado desses “traços culturais” para dinamizar sua identidade étnica, pois, segundo Fredrik Barth, “as características diferentes podem mudar de significação ou perder a significação no decorrer da história do grupo; e diversas características podem suceder-se adquirindo a mesma significação” (BARTH apud POUTIGNAT, 1998, p. 191).

### Algumas considerações finais

Na segunda metade do século XIX, a província de Mato Grosso precisava integrar-se ao Estado Nacional brasileiro. Para isso, de acordo com discursos de presidentes da província, corroborados por alguns cientistas/viajantes que a visitaram, a superação da fronteira de *barbárie* dos índios pela *civilização* dos não índios era essencial para o desenvolvimento provincial.

A ideia de fronteira geográfica determinada por limites jurisdicionais para a preservação e controle territorial, como no caso da fronteira entre a província de Mato Grosso e o Paraguai, tão defendida pelos governantes mato-grossenses, nem sempre aconteceu da maneira proposta pelos governantes provinciais e do Império.

Um dos mecanismos criados para exercer a função de proteção e colaborar com o desenvolvimento da província – colônia Teresa Cristina – apresentou problemas estruturais de funcionamento, que iam desde sua característica de indígena à militar. Na descrição de Antonio Duarte, podemos perceber que a falta de definição identitária da colônia prejudicou seu funcionamento:

## Considerações

A mesma colônia ressentia-se da ausência de um regulamento que regularize os seus trabalhos, o qual sendo feito de acordo com as suas necessidades e circunstâncias, atenda que ela é uma colônia indígena, que a maior parte de sua população selvagem e por consequência desconhecida dos deveres inerentes ao civilizado. É de urgente necessidade a criação de um colégio na capital para ensino dos menores indígenas, porque sem receberem educação não poderão nunca oferecer garantia. Sendo esta colônia, o centro para onde converge toda a influência dos selvagens, é por isso, preciso conservar nela um número de praças que ofereça alguma garantia, e o menor número que deve ter é o de praças (RELATÓRIO DE ANTONIO JOSÉ DUARTE, 1889, p. 8).

Duarte descreveu em seu relatório a dupla função da colônia. Na sua percepção, se a colônia fosse indígena, ela deveria servir para catequese e civilização. Porém, o encaminhamento governamental para a função militar também ficava comprometido, pois aos militares era atribuído um trabalho que caberia aos nacionais, ou seja, indígenas civilizados. Conforme seu relato, a lavoura era um dos itens que demonstrava a duplicidade da colônia, comprometendo o seu sucesso:

### Lavoura

A lavoura para o Estado, é feita com o auxílio dos praças [soldados], aqui destacados, e por isso não pode ter grande desenvolvimento, por ter de se forçar os mesmos praças para um serviço alheio a sua missão. Entretanto, devido aos esforços que tenho feito, vai aumentando gradativamente, a renda da Colônia, como se dignará ver V. Ex<sup>a</sup>, o balancete apenas sob n.º. 4 (RELATÓRIO DE ANTONIO JOSÉ DURATE, 1889, p. 9).

Steinen nos apresenta outro momento da relação dos grupos étnicos da colônia Teresa Cristina, com direito a almoço e serenata:

**Almoço e Serenata** – Depois de regulados tais negócios, Duarte só no dia seguinte foi que verdadeiramente recebeu os cumprimentos de boas vindas dos seus subordinados. Em primeiro lugar, houve ao almoço, um bom vinho do Porto. Ao vinho seguiu-se uma coleção de garrafas de clara cerveja estrangeira, cujo rótulo nos lembrou à pátria distante: a *brasserie* era em Havoner. Celebraram seis brindes, Duarte e um soldado do Paraguai [...] Esta sessão, porém, era apenas um prelúdio da serenata: Caldas com violino, Duarte com guitarra, Ildefonso com o coxo. Moguicuri também tomara assento ali, entoando uma canção ruidosa e tocando guitarra, cujas cordas ele arrancava como um tapir que empurrava bambus. [...] Eu fiz um brinde ao fundador da catequese dos Bororos, o presidente Galdino Pimentel. Duarte, então, tomou a palavra e falou muito bem. Estava descontente com o governo: era por conta do “governo ingrato” o que ainda faltava para aperfeiçoar a colônia (STEINEN, [1888], 1940, p. 594-596).

A descrição de Steinen demonstra o descontentamento do diretor Antonio José Duarte, após servir ao governo provincial para a pacificação e aldeamento dos Bororo Coroado; ao mesmo tempo, nos possibilita indicar uma inteiração entre os grupos étnicos, nesse particular representado pelo cacique Moguiohuri.

Considerando essa referência sobre o resultado do aldeamento dos indígenas, nos chama a atenção o redimensionamento dado pelos grupos étnicos em algumas situações de suas relações sociais, as *fronteiras étnicas*. Na colônia Teresa Cristina, essas fronteiras prevaleceram sob a proposta governamental de *fronteira geográfica*, pois as dimensões das relações sociais extrapolaram o preâmbulo de catequese e civilização. Representantes de grupos étnicos desenvolveram atitudes possíveis de serem pensadas como interação, contrariando a posição de conflito. Concordamos com Fredrik Barth quando afirma que “a manutenção das fronteiras baseia-se no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais” (BARTH apud TOMKE, 2000, p. 27).

Isso posto, é possível afirmarmos que os indígenas Coroado, representados por Coqueiro, Moguiohuri, dentre outros, exerceram uma especificidade de manutenção de vínculos étnicos, numa configuração política, econômica e sociocultural civilizatória.

Esperamos que a história de contato dos Bororo e de outros grupos indígenas de Mato Grosso continue sendo pesquisada e estudada, para que possamos re(conhecer) outros grupos e identidades étnicas, neste estado e país de diversidades, a fim de uma educação histórica além das legislações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. **Cibáe Modojobádo: a Rosa Bororo e a “pacificação dos Bororo Coroado (1845-1887)**. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

\_\_\_\_\_. **A presença indígena em Vila Maria do Paraguai: Os Bororo Cabaçal**. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

BARROS, Edir Pina de. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 30-31, 1989.

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: LASK, Tomke. (Org). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

\_\_\_\_\_. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). **The Hispanic American Historical**



**Review**, Baltimore, Duke University Press, v. 79, n. 3, 1999.

CALDAS, João Augusto. **Memória histórica sobre os indígenas da Província de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Typ. Polytechnica de Moraes & Filho, 1887.

COLBACCHINI, Antonio. **A tribo dos Bororós**. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1919.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense; EDUSP, 1986.

\_\_\_\_\_. **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: EDUSP; Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. Política Indigenista no século XIX: In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus**. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **Nação e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. **Armas e Armadilhas**. In: NOVAES, Adauto. **A Outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos da história indígena e do indigenismo**. Tese de Livre Docência em Antropologia – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

POUTIGNAT, Philippe; STRIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: FEU, 1998.

SILVA, A; FRONZA, M. Memórias do Ensino de História: entrevista com a Professora Doutora Kátia Maria Abud. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.6, n.3, dez. 2013.

STEINEN, Karl von den. **Entre os aborígenes do Brasil Central**. Tradução de Egon Schaden. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940. Separata da Revista do Arquivo nº. XXXIV e LVIII.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Central**. Expedição em 1884 para a exploração do Xingu. Tradução de Catarina Cannabrava. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 9, n.15, 2001/2002.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIERTLER, Renate Brigitte. **Aroe j'Aro: implicações adaptativas das crenças e práticas funerárias dos Bororo do Brasil central**. Tese de Livre Docência em Antropologia – FFLCH, USP, São Paulo, 1982.

**Fontes Manuscritas (Arquivo Público de Mato Grosso – Cuiabá)**

Relatório do Presidente da Província João José da Costa Pimentel, 1851. APMT.

Relatório do Presidente da Província Augusto Leverger, 1865. APMT.

Relatório do Diretor da Colônia Teresa Cristina Antonio José Duarte, 1886 e 1889. APMT.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Memorial descritivo do Levantamento do Rio São Lourenço**. Demarcação da Colônia Teresa Cristina feita pelo Engenheiro Militar Cândido Mariano da Silva Rondon, 1895. APMT.